

RIO DE JANEIRO, RJ, 11 DE MAIO DE 1998

Senhor Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar; Cardeal Dom Eugênio Sales; Senhor Coordenador-Geral do Fórum, João Paulo dos Reis Velloso; Senhores Ministros de Estado, que aqui se encontram; Senhor Presidente do BNDES, André Lara Rezende; Senhores Parlamentares; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde; Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de estar aqui e dar meu testemunho do esforço que significou a organização deste Fórum, nesses dez anos. Pude participar do início do Fórum e, em várias oportunidades, estive aqui no BNDES. Na única vez que se reuniu o Fórum em São Paulo, também estive presente. E considero que isso faz parte de um processo que é essencial para o Brasil, que não é apenas a questão do processo da democracia, mas que é o processo da tomada de consciência, por parte do País, dos seus problemas, de definição de rumos e de comprometimento com os rumos que se vão definindo.

Este Fórum nasceu quando nós estávamos no final da Assembléia Nacional Constituinte. Discutimos muitos temas relativos à nova Constituição, naquela época, e ele nunca deixou de assinalar os proble-

mas a serem enfrentados, as dificuldades e, o que é mais importante, de sugerir caminhos.

A discussão, muitas vezes, se estiola, quando se transforma meramente numa discussão do que falta, das dificuldades, e não aponta as saídas. Eu creio que este Fórum se caracterizou pelo oposto. Ele, no âmbito de muita discussão viva, sempre trazendo pontos de vista contraditórios, foi capaz de, não obstante, encontrar as diretrizes que permitem ao nosso país desenhar um futuro. E é isso que permite que, hoje, o Dr. Reis Velloso nos tenha mostrado que o Fórum, agora, se preocupa com o próximo século, o desafio que vamos enfrentar no próximo século.

Eu queria – não vou ler, porque é muito longo o texto que tenho, poderei distribuí-lo, se vocês tiverem interesse – aproveitar esta oportunidade, em que nós estamos num ambiente que me é familiar para, de alguma forma, não apenas, digamos, prestar contas, dar um balanço de como eu percebo a situação e algumas das dificuldades, que já foram assinaladas pelo Dr. Velloso, mas também de mostrar quais são as perspectivas que me parecem que são oportunas de serem sublinhadas, para que possamos continuar a crescer, como nação, o que implica não apenas o fortalecimento do mercado, mas da sociedade, da inclusão social crescente.

O grande desafio do qual nós todos participamos, queiramos ou não – repito, em posições diferentes, de pontos de vista diferentes – no Brasil contemporâneo foi, talvez, o fato de que nós, numa certa época, com a crise havida em 82, depois das crises do petróleo, nos anos 70, o Brasil como que “perdeu o ponto”. As instituições deixaram de ter capacidade organizacional e os próprios valores que deviam conduzir as decisões ficaram confusos diante das modificações que estavam ocorrendo no mundo, diante da nossa dificuldade de perceber a implicação dessas modificações para a nossa própria estrutura interna, e da incapacidade de nos organizarmos, democraticamente – porque disso se trata – para enfrentar esses desafios.

E o desafio se dá em vários níveis. Porque, em primeiro lugar – e isso já foi dito, eu apenas reitero – nós não podemos nos afastar, porque não

queremos e também porque não funcionaria, para o próximo século, dos marcos da democracia. E democracia é palavra fácil de pronunciar e difícil de ser exercida. Mormente num país cheio de desigualdades, cheio de diferenças de todo tipo, sobretudo de graus de informação, de cultura e de renda, e que não dispõe, muitas vezes, dos mecanismos de fazer chegar a informação, apropriadamente, àqueles que, depois, pelo menos num dado momento, vão decidir no momento do voto. Mas que, no dia-a-dia também têm que decidir, a respeito dos seus destinos e que, muitas vezes, não encontram a informação mínima necessária, para que essa decisão seja uma decisão informada e, portanto, democrática.

Democracia sem informação não existe, é manipulação. Pode haver até a participação formal, mas não existe o ato substantivo da escolha, não existe, portanto, o exercício pleno de uma vontade, que é o que vai caracterizar um regime democrático, quando essa vontade não é de um, mas é uma vontade que se representa ou que, em certos momentos, nem mesmo se representa, mas se expressa diretamente.

Este foi o primeiro desafio, como nação, para reviver a sua inserção no mundo, que o Brasil teve que enfrentar, a partir da Constituição de 88: manter e expandir o sistema democrático e nele produzir alterações profundas, que terão que passar pelo consenso.

Outro dia eu disse – e vou repetir – que as revoluções democráticas significam a tomada contínua de decisões que têm a sustentação da cidadania. É um processo, não é uma ruptura momentânea. É um processo, ao fim do qual se percebe que houve uma mudança, que houve uma ruptura.

Bem, creio que podemos dizer que, quanto a esse aspecto da democracia, alguns avanços foram efetivados, no Brasil. Ninguém negará, hoje, a vitalidade da sociedade civil, das organizações não-governamentais, das igrejas, dos sindicatos, da capacidade que os grupos, até mesmo os grupos despossuídos, hoje, têm, para se organizarem e para demandar.

Isso significa que não apenas se manteve – e é tão importante quanto a primeira parte, essa manutenção – o jogo democrático formal, o Con-

gresso, como houve, também, um acrescentamento no processo de decisões, de tal maneira que hoje as decisões não podem mais ser vistas – as decisões de alcance nacional – como tendo como interlocutor apenas o setor politicamente organizado, os partidos e o Congresso.

Via mídia e via organizações que existem, difusamente, na sociedade, aquele que toma decisões no Brasil, hoje, está permanentemente em interlocução, em diálogo, queiramos ou não. Mesmo quando alguns não querem o diálogo, seja de um lado, seja de outro, o diálogo tem que existir. Mesmo que seja um diálogo *sui generis*, em que parece que não há canais de conversa. Na verdade, as decisões são tomadas pensando-se sempre na reação que possa ocorrer aqui e ali, e esse “aqui e ali” não é apenas o âmbito formal, legitimado pelo voto, do Congresso, mas se estende pela sociedade.

Acho que isso é um valor. E acho que sublinhar o feito da sociedade brasileira, de manter esse valor democrático, e de avançar, em algumas transformações, dentro da democracia, deve ser sublinhado, pela razão que disse o Dr. Reis Velloso, no final da sua exposição: por causa da auto-estima.

Nós temos que saber que temos conseguido expandir a nossa capacidade de convivência democrática, de ampliação dos graus de tolerância no conflito. Não de eliminação do conflito, mas o reconhecimento do conflito e a capacidade, de uma maneira ou de outra, de lhe dar um rumo.

O outro desafio, ligado com esse, diz respeito diretamente aos efeitos negativos da desorganização, na qual se encontrava e, ainda, em parte se encontra, o aparelho de Estado e não as instituições no sentido mais amplo, em função da perda de velocidade do crescimento econômico e, sobretudo, do processo inflacionário.

Não é preciso que eu repita aqui, porque a experiência é recente, mas todos nós fomos partícipes no esforço, às vezes, desesperador – há mais de um ministro da Fazenda nesta sala e sabem disso, sabem do esforço desesperador que era colocar em ordem uma economia que estava minada pela inflação, que é irmã gêmea da corrupção e, certamente, é prima irmã também da desorganização administrativa.

Bem, creio que há uma ligação entre o que eu disse anteriormente sobre a democracia e o que hoje estou dizendo sobre o controle da inflação. Se houve alguma coisa característica nesse processo de controle da inflação – e aqui também estão alguns dos que colaboraram mais ativamente nas técnicas e nas propostas, que, mais do que técnicas, são valores que estão dentro dessa concepção de como se controlar um processo inflacionário – sempre esteve a idéia de que era preciso explicar ao país a URV, que creio que foi um achado importante, partindo-se do pressuposto de que a sociedade seria capaz de compreender um mecanismo extremamente difícil e que não seria capaz de compreender, se nós não fôssemos capazes também de detalhar, explicar, repetir e se a mídia não fosse parte integrante desse novo momento da vida nacional, da vida democrática e se pusesse também solidária com a necessidade de passar a informação, crítica que fosse, mas de passar a informação.

Acredito que é preciso também reconhecer e ressaltar – e o faço com muita alegria – que o País conseguiu. Não foi o fruto da ação de uma pessoa ou mesmo de um grupo de pessoas. Foi muito mais do que isso: o País conseguiu, realmente, entender que era preciso colocar um ponto final no processo inflacionário e começou a descobrir quem ganhava e quem perdia.

Pois bem, isso tudo deixou também visível um conjunto de fragilidades da nossa estrutura como nação. Em primeiro lugar, a própria estrutura organizada política que é o Estado. A inflação havia encoberto, por muito tempo, as ineficiências e permitia ao administrador público – e estou cercado deles aqui –, de alguma maneira, “ajustar-se” às necessidades momentâneas confiante em que a inflação teria o efeito perverso, do ponto de vista do povo, mas favorável, do ponto de vista de quem lê as contas públicas, de buscar um pseudo-equilíbrio. A verdade é que o aparelho de Estado não respondia.

E não era só esse fato. Havia um outro processo em marcha no sistema organizado de poder no Brasil, que era no Congresso Nacional, as imensas dificuldades derivadas da crise de um *impeachment* e, em seguida, de uma comissão de inquérito que, de alguma maneira, “cor-

tou na carne”, como se diz, uma boa parte do Congresso Nacional. Portanto, havia muitas dificuldades para, nesse ambiente, nesse contexto, encontrarem-se fiapos de solidariedade e apoios para as transformações. E nós encontramos apoio para as transformações na sociedade, a sociedade foi capaz de entender esse desafio.

Pouco a pouco, fomos descobrindo qual era a realidade com a qual nós nos defrontávamos – e ainda, em parte, repito, é a nossa realidade –, qual era o diagnóstico e quais eram as soluções possíveis e a desenhar um caminho melhor, buscar no horizonte o que eu costumo chamar de uma utopia viável, em que há, obviamente, uma contradição de termos. Por ser uma contradição de termos é que gosto de usar essa expressão, que, aliás, é título de um livro de um famoso professor – hoje famoso –, Anthony Giddens, e eu fico até um pouco brincando com ele, irritado, porque tomou um título que eu gostaria de ter colocado num livro, “A Utopia Viável”.

Pois bem, nós começamos a poder desenhar no nosso horizonte uma utopia viável. Uma utopia viável não é um documento que alguém escreva. Não é um manifesto de um partido. Não é uma análise científica. É um processo muito mais amplo do que isso, porque implica – voltando ao que disse – o convencimento e a aceitação, por parte da sociedade, de um conjunto de valores, de caminhos, de objetivos.

No passado, dir-se-ia que isso é um projeto nacional. É. É preciso redesenhar um projeto de nação e não apenas um projeto de mercado, um projeto de Estado, um projeto de reforma política ou um projeto agrário ou o que seja. Nós temos que redesenhar – e estamos – um projeto de nação um pouco à maneira como os senhores estão fazendo neste Fórum, buscando, ainda que no conflito, pontos a partir dos quais nós vamos poder ver os saltos que o País poderá ou não dar, e os efeitos desses saltos sobre a nossa população.

Acredito nesse redesenho da idéia de um Brasil competitivo, de um Brasil onde a política industrial não signifique mais fechar a economia e dar subsídios, mas que signifique criar investimentos produtivos capazes de competir. E, certamente, aí há um papel para o Governo, para o BNDES e outros bancos mais, nesse redesenho, mas no

qual a sociedade civil tem que ser muito ativa, porque ela não pode simplesmente esperar, de braços cruzados, que haja um caminho definido, de antemão, pelas forças do Estado, senão que tem que haver aí um *interplay* entre as forças do Estado e as forças da sociedade civil, no qual o dinamismo essencial, na área econômica, deriva hoje do mercado e não do Estado.

O redesenho que começa a existir teve efeitos imensos. E descobrimos, de início, aquilo que também foi dito pelas palavras de Joaquim Nabuco. São palavras que me encantam sempre, quando ele diz que a escravidão era a nódoa do Brasil. Eu digo, hoje, que a pobreza e a miséria são a nódoa do Brasil contemporâneo. Com um agravante: que o Brasil dispõe de recursos para evitar que essa nódoa seja tão pesada como ainda é, hoje em dia.

Nada mais justifica os níveis de pobreza e de miséria que existem no Brasil, porque nós já dispomos de recursos capazes de mudar essa situação. Pode parecer estranho que quem diga isso seja o Presidente da República. Acontece que os recursos fundamentais – também já disse o Dr. Velloso – são humanos e de organização. Não se trata, pura e simplesmente, de recursos financeiros.

Não obstante, no momento da definição de um plano de estabilização, no qual nós ainda estamos inseridos – e continuaremos nele – houve sempre uma preocupação de que, dadas as circunstâncias nacionais, não seria possível adotar um tipo de política restritiva, que afetasse ainda mais os níveis de pobreza e as dificuldades que as camadas mais despossuídas e as regiões menos avançadas do Brasil têm, para que ele pudesse aderir a uma nova utopia viável, que redefinisse o modelo de nação.

E isso não é fácil. Não é fácil – e eu não quero cansá-los com muitos dados, embora me permita expor alguns. Ao se olhar alguns dados, a respeito da comparação, em 94, entre o Chile e o Brasil, vamos verificar que nas políticas sociais do Chile, em 94, enquanto os 20% mais pobres recebiam 36% dos gastos em saúde, educação, da área social, no Brasil eram 15%. Inversamente, se no Chile os 20% mais ricos recebiam 4%, no Brasil recebem 20%.

E é só olhar, com mais detalhes, como se distribuem esses quintis, para que se entenda por que é difícil mudar as políticas sociais. Porque se trata de saber, efetivamente, se queremos, ao mesmo tempo, dese-
nhar um futuro venturoso para o País e retomar as taxas de crescimen-
to; manter a estabilização e melhorar o nível de vida concreta da popu-
lação. E os recursos não são ilimitados. Isso implica escolhas, que pena-
lizam alguns setores da população. E esses setores são solidários em
abstrato, mas, na hora em que, efetivamente, se vai distribuir o recurso,
protestam, porque querem manter a sua participação relativa no bolo.
Nós estamos invertendo essas distribuições.

A questão principal, para que nós possamos falar com credibilidade
sobre um novo país, é o setor mais pobre sentir-se parte desse novo
país. Isso não se faz do dia para a noite. Isso não se faz, pura e simples-
mente, com uma retórica sobre os excluídos. Isso se faz através de polí-
ticas públicas, que levem à mudança efetiva da situação.

E a distribuição de renda tão almejada só se fará se nós tivermos
políticas públicas que invertam esse quadro. Porque, se as políticas pú-
blicas não inverterem esse quadro, as desigualdades não vão diminuir.
Vão aumentar. E política pública, nesse caso, significa educação, signifi-
ca saúde, significa acesso a terra, significa transporte etc.

Estávamos embaçados nessa preocupação e, quando definimos o
Plano Real, também definimos um mecanismo pelo qual, como conse-
quência do ajuste econômico, não houvesse perdas para os mais pobres.

Tivemos coragem de dizer: “Não dá para dar o aumento real de
salário, porque isto provocaria o que provocou em outros planos, a
desorganização da economia.” Mas não dá, também, para criar uma
situação na qual não exista uma sensação de participação no bem-estar
que, eventualmente, possa ser gerado pela não-inflação, por parte da
população.

Podem ver, no gráfico seguinte que – e é sabido, é só para recordar –
de 94 para cá, o número de pobres na população brasileira diminuiu.
Muita gente, de vez em quando, tomando um dado de um mês, de uma
semana, já vem aqui com teorias de que “acabou o efeito”. Não acabou o
efeito do Real coisa nenhuma. Continua um efeito de diminuição.

Se isso nos alegra, por um lado, nos entristece por outro, porque ainda temos aí vinte e tantos por cento de pobres, só como estão definidos aqui, que é renda média *per capita*, na família, de R\$ 45,00. Mais ou menos, são 45 milhões de pessoas. Nós conseguimos baixar, de um nível que era de 35% para 27, 28%, o número de pobres, 10, 12, 13 milhões, não sei.

Mas, ainda assim, quando se olha, se verifica que é uma massa muito grande, que requer tenacidade nas políticas. Requer que se tenha compreensão do processo, requer que se diga não à demagogia. E, aí, me permito dizer que nunca aceitei a contraposição entre o econômico e o social. Não existe melhoria da condição social, se não houver uma macroeconomia capaz de tomar decisões que tenham efeitos de longo prazo equilibrados. E não existirá macroeconomia que se mantenha se o custo das suas decisões for o empobrecimento crescente da população.

É preciso um equilíbrio, é preciso pilotar. E não se trata de uma equação em que se resolve a incógnita. Trata-se de um processo histórico, no qual nós temos que pilotar: ora aperta aqui, ora aperta ali. Não por fragilidade moral ou por indecisão, mas por compreensão do processo mais profundo, de mudança de uma sociedade, que requer que o homem de Estado, o tempo todo, esteja olhando os vários indicadores, e vendo o rumo, refazendo o rumo sempre e quando necessário. Talvez não tenha maior grandeza discutir o dia-a-dia, o que acontece com esse conjunto de políticas sociais, mas é dele que depende o futuro.

Não quero cansá-los, para mostrar – além do mais já é sabido – que, efetivamente, nós, nesses últimos quatro anos, tivemos um aumento efetivo de participação no mercado, no consumo, etc. Também na classe média. As vendas de automóvel, no mercado interno, subiram de 1 milhão 150 mil veículos para 1 milhão, seiscentos e poucos. E vamos chegar a 2 milhões.

Enfim, houve uma modificação muito grande nisso tudo. Mas acho que o mais importante é sublinhar que teremos que prestar atenção, o tempo todo, nos indicadores mais simples sobre o bem-estar da população mais pobre. E aí é grau de analfabetismo e mortalidade infantil, que são coisas que medem o fundo do poço, para saber se as políticas

saem dessas salas ou viram apenas palavras, saber se as críticas são mortais no diálogo, mas não têm efeito nenhum, na prática.

Pois bem, podem olhar, aqui. Nós criamos um programa – ampliamos, não criamos – chamado Agente Comunitário de Saúde que atende, hoje, 15 milhões de pessoas. Graças a isso, a uma melhor nutrição – e por aí vai – pode-se ver um gráfico sobre o coeficiente de mortalidade infantil de 94 a 97. Olhem, é um período de tempo muito curto. São três anos. Há uma queda de 82,6 crianças mortas por mil, para 47,2, nas áreas atendidas pelo programa de agentes comunitários de saúde, que são as áreas, basicamente, do Programa Comunidade Solidária. É efeito imediato, queda brusca, com um custo baixo, mas a atenção direcionada para essas populações. Devo dizer que a taxa geral do Brasil é de 33,7 e que isso me envergonha, tanto 33,7 quanto o que está aí, de 47,2. Não estou lhes contando isso para dizer que estamos satisfeitos. Estou contando para dizer que estamos caminhando na direção necessária para que este país possa, efetivamente, ter um outro tipo de desenvolvimento.

Não quero cansá-los, da mesma maneira, no que diz respeito aos dados sobre o acesso a terra. Se, em média, nós assentávamos no Brasil, não sei, 6, 7 mil famílias, nós estamos assentando, por ano, cerca de 65 mil famílias. Vamos superar a meta que tinha sido proposta no início do Governo, no que diz respeito à questão do acesso a terra.

E todos são testemunhas do esforço que estamos fazendo na educação para tocar naquilo que é o mais importante, que é a educação primária. Entendo a reação da universidade, mas ela se explica pelo que estou acabando de dizer. Como os recursos são escassos, é preciso dar prioridade. E eu, professor universitário a vida toda, mas com consciência social, nunca hesitei: o esforço grande tinha que ser na educação primária. E, hoje, estamos fazendo esforços. E tem havido avanços. Não são do meu Governo, não estou falando nesses termos, estou falando em termos de Brasil, da mudança que está havendo no Brasil. Nós, hoje, já atingimos 95 ou 96% das crianças em idade escolar, que estão nas escolas primárias.

Bom, não quero repetir esse tipo de dado. Não é necessário. Mas, para mostrar que é disso que se trata: o Brasil do século XXI, o Brasil

com flexibilidade, o Brasil capaz de se adaptar é um Brasil que vai depender do esforço que se faça nessas coisas simples e diretas, mas que invertam duas coisas: a proporção do gasto social na direção dos mais pobres, que tem que ser feita, e, por outro lado, que, efetivamente, simplifique os métodos pelos quais se chega à população mais carente.

No caso da educação, nós modificamos radicalmente. Hoje, metade das escolas brasileiras já recebe diretamente recursos. Não passa pelo vereador, pelo prefeito, pelo deputado, recebe diretamente. Da mesma maneira, quarenta e tantos por cento das nossas escolas já têm ensino a distância. Devo lembrar que nós temos, no Brasil, 34 milhões de jovens na escola básica – 34 milhões. Esses 34 milhões, diariamente, recebem uma refeição paga pelo Governo Federal, em cooperação com o governo do Estado e com o município. E esses 34 milhões, se forem de zonas pobres, recebem duas refeições. Daí é que aumenta o grau de nutrição da população mais pobre.

O mesmo se diga com relação ao livro didático. Distribuímos 136 milhões de livros didáticos no ano passado. Mais importante do que isso: modificamos os currículos, os parâmetros curriculares, para mudar o conteúdo do ensino. Distribuímos a 600 mil professores, nas suas casas, 10 volumes de novas orientações pedagógicas, para acabar com o preconceito contra a mulher, contra o negro, contra o índio, e outras coisas mais, para termos uma consciência cidadã mais sadia do nosso país.

Estamos, portanto, avançando na direção do que pode ser desenhado aqui para o século XXI. Não se fará do dia para a noite, mas nós estamos em processo de avanço. E, para este processo de avanço, foi essencial e é essencial que se entenda que há um setor da população que, por mais que nós façamos esforços, não tem condições de sobrevivência, se não houver um apoio governamental. Há a famosa discussão sobre o Funrural, a aposentadoria rural, graças a qual sobrevivem milhões de brasileiros – milhões de brasileiros. Então, não é uma questão que se possa menosprezar.

E abrimos um programa novo de benefícios de assistência social para os mais idosos. Pode colocar aí a tabela número 11 – lá está –, que mostra também como cresceu, de 94 – suponho, não estou vendo daqui

– para hoje. Não, essa é mais recente, de 96 para hoje. Houve um crescimento do atendimento dos idosos que passaram a ter um programa de renda mínima para que eles possam sobreviver. E vê-se também, no gráfico seguinte, que o valor médio dos benefícios concedidos pela Previdência Social cresceu muito.

Esses benefícios precisam ser mantidos. E, para isso, se precisa da reforma da Previdência, para que, realmente, aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com menos de 50 anos, não sejam vagabundos num país de pobres e miseráveis. Nós temos que enfrentar essa questão com coragem, sem demagogia. É para essa gente que nós precisamos da Previdência. E é por causa dessa gente que nós precisamos que as pessoas que possam trabalhar mais e contribuam para a Previdência, para que nós tenhamos recursos para atender os mais pobres.

Bom, isso tudo para lhes indicar que nós estamos, efetivamente, preocupados e em ação. Agora, isso não se faz se não for, paralelamente, através de uma reforma do Estado. Mencionei alguma modificação no Ministério da Educação. Estamos, agora, fazendo modificações, que já vêm de algum tempo, no Ministério da Saúde, para mudar as práticas, para quebrar o clientelismo e o fisiologismo. Esses conceitos, que são vagos, não se referem a condutas individuais apenas. Eles são estruturais. Nós temos que fazer as mudanças estruturais para que eles morram. Enquanto nós não fizermos mudanças estruturais, eles não morrem e cobram um preço à modernização.

A pergunta verdadeira a ser feita pelo país é se nós estamos ou não quebrando os elos estruturais que mantêm o clientelismo. E todo o esforço do Governo tem sido na direção de quebrar esses elos estruturais, com dificuldade, em todas as áreas. E a visão que temos do Estado é uma visão que implica um Estado cada vez mais ativo e participante, essencial – não é mínimo, não – para a mudança da sociedade, mas um Estado desprivatizado, portanto, sem clientelismo, sem fisiologismo pela via política e também sem os interesses incrustados do setor privado no Estado.

Nessa matéria também não preciso falar demasiado, mas nós estamos refazendo o modo pelo qual o Estado brasileiro vai se haver com a

questão da energia, das telecomunicações, do petróleo, e assim por diante, dando transparência, dando instrumentos de controle, permitindo que a sociedade participe, de alguma forma, nas decisões de política, se informe das decisões de política, ampliando a competitividade, evitando que haja a transformação do monopólio público em monopólio privado, criando condições, sempre, para atrair mais competidores e tendo instrumentos de regulação.

O Estado do futuro vai ser um Estado mais regulamentador que o Estado que foi no passado. Porém, a regulamentação não vai ser burocrática. Ela tem que ser uma regulamentação vinculada à sociedade, através de mecanismos que mencionei, dessas agências, e outros mais que vão se criar ou diretamente, com as associações de pais e mestres, no caso das escolas, ou dos conselhos do SUS, na questão da saúde, que implicam a participação da sociedade. E isso não é alguma coisa que dependa de um decreto. Isso depende de uma sociedade que acredite nela própria e que seja mais participante, para poder reivindicar com mais força. Não é participante para ser manipulada. É participante para poder cobrar com mais força e com mais pertinência.

Esse é o modelo de Estado que me parece que vai permitir essa passagem para o próximo século e permitir que um projeto de nação se desenvolva no Brasil de uma forma efetiva e que não seja um projeto para beneficiar apenas os poderosos, mas que tenha esse alcance mais amplo na sociedade.

Aí, retomo o que disse sobre a questão da democracia. Tudo isso tem sido feito com o Congresso. Leis e mais leis. Nunca, na história do Brasil, o Congresso aprovou tantas leis quanto nesses três anos e meio. Só, talvez, em períodos de Constituição. Mudamos o marco jurídico-institucional do Brasil, em tudo. Na Lei de Recursos Hídricos, na lei relativa à telefonia, na lei relativa ao petróleo, e por aí vai. Estamos mudando em vários aspectos do quadro, do marco que veio dos anos 30 e que foi aperfeiçoado mais tarde, nos anos 50, e que teve um efeito positivo na sua época, mas que, agora, era um marco que é como se fosse uma roupa para um adolescente que cresceu muito e ficou de pernas de fora e a calça está curta. Então, nós temos que mudar esse

marco, e já estamos mudando esse marco, dentro de um diálogo permanente com o Congresso.

A democracia pode ser até lenta. Mas ela consolida as decisões. Às vezes, na impaciência – e é compreensível a impaciência – do homem de negócios, do homem público, da população, há uma certa irritação, porque as coisas não andam. E, quando as coisas não andam, quando se perde uma votação no Congresso, parece que o mundo vem abaixo. Doce ilusão. Basta ter convicção, ter propósito, entender o processo nacional para se perceber que o que se perde hoje se ganha amanhã, com a condição de que se tenha convicção e capacidade de seguir adiante, com persistência e com o apoio da sociedade.

Ora, isso tudo mostra que nós estamos, efetivamente, redesenhando o nosso país. Mas, qualquer redesenho seria enganoso se não tivesse uma base mais efetiva na economia. Coloquei a economia para o fim, e não no começo, porque eu acho que é assim mesmo. Comecei pela democracia e pelo social e, agora, entro na economia, porque acho que é assim mesmo. Nós já tivemos a experiência da economia, em primeiro lugar, que não teve as conseqüências que nós desejamos, de mudança profunda na área social e na área política.

Agora, nessas mudanças da economia – e os senhores, aqui, estão informados disso – nós estamos buscando um redesenho também da reinserção do Brasil no sistema produtivo internacional. Inserção que tem projeto. Não se trata de alguma coisa que não tem um rumo. Inserção que tem apoios e que está ancorada em uma visão da nossa situação na América do Sul e, em especial, no Mercosul. E isso não são palavras. Nós estamos redesenhando a geografia econômica do Brasil para permitir que esse Brasil, encravado no seu espaço geográfico, possa, efetivamente, abrir um espaço imenso também para que haja crescimento econômico, nunca perdendo de vista que a estabilização é um processo. E, portanto, não é “em vez da estabilização, o crescimento econômico”, “em vez do crescimento econômico, a ação social”. Isso são visões equivocadas. Portanto, limitados os nossos objetivos, muitas vezes, pelas condições específicas, mas com capacidade de reagir a elas.

Creio que o que aconteceu com a crise asiática é um bom exemplo. Nada foi mais arriscado para o nosso projeto nacional do que as consequências da crise asiática. Tomamos medidas duríssimas, que tiveram consequências negativas, mas sem as quais estaríamos hoje numa situação de muito maior penúria e dificuldade, e estaríamos “chorando sobre o leite derramado”, porque não tivemos a coragem de, em um ano eleitoral, aumentar juros, cortar, até mesmo, chances de emprego – e como dói isso. Mas, ter a convicção de que, se não se fizer isso, médio prazo, quem paga é o povo. E, portanto, é preciso fazer isso, apesar de eventuais incompreensões, que devo dizer que foram muito poucas, no Brasil, porque houve, realmente, sustentação e compreensão do momento que nós estamos vivendo.

Mas eu lhes dizia que, no âmbito econômico – não sei se posso falar em pé, ali, para mostrar aquele mapa. Eu lhes dizia que tomamos decisões, na área econômica, que não foram decisões impensadas. E que são decisões que estão dentro desse marco, que vai ser completado, agora, com essa divisão, o salto do século XXI, de um Brasil ativo no mundo, bastante bem situado.

Algumas das decisões talvez não tenham sido tomadas ainda com consciência plena do seu significado. Vou mencionar duas: uma é que, em vez de fazermos esforços para a criação de pólos específicos de crescimento, todo o nosso esforço foi na direção de fazermos corredores de crescimento – já explico isso.

E a outra decisão importante, também, é que o Brasil todo – e justificava as razões – tinha-se concebido como país autárquico, na energia elétrica, no petróleo e no gás. O gás nem usava, porque se imaginava não ter. Deixou de se pensar assim, e tomaram-se decisões absolutamente fundamentais, que vão marcar o nosso futuro. Passamos a comprar petróleo da Venezuela, passamos a comprar petróleo da Argentina.

Quando fui Ministro das Relações Exteriores, não comprávamos uma gota de petróleo da Argentina, para não falar da Venezuela. Era tudo do Oriente Médio. Foi uma decisão estratégica comprar da Argentina. Teve como consequência reequilibrar a balança comercial dos dois países e, mais tarde, dava o superávit da Argentina. Superávit, se não

fosse para a Argentina, o Brasil pagaria, de toda maneira, ao Iraque, ou ao Irã ou à Arábia Saudita. Então, foi uma decisão política, de aproximação com a Argentina. Fizemos a mesma coisa com a Venezuela.

Tomamos a decisão de ampliar os nossos traços de energia elétrica, que já existiam, no caso da Usina de Itaipu, com o Paraguai. Agora, com a Venezuela, estamos fazendo aqui, na Venezuela, uma linha de transmissão, de tal maneira que a energia de Boa Vista será comprada da Venezuela.

Fizemos acordo com a Argentina, para comprar, também, aqui, a energia, aqui em Uruguiana – aqui é uma termoelétrica movida a gás. Estamos também discutindo outras por aqui, para que possamos aumentar o potencial energético do Rio Grande do Sul.

Estamos discutindo a questão do gás de Camisea – bacia de gás natural, situada no Peru. Estamos fazendo este, o gasoduto Brasil–Bolívia, que vai até o sul, até Porto Alegre, que é um gasoduto de 3.200 Km, dando empregos e dando investimentos, condições de trabalho para as empresas nacionais que aí estão trabalhando nos tubos, etc., etc.

Enfim, tomamos a decisão consciente de alterar a nossa visão e de inserirmo-nos no contexto sul-americano. Os europeus fizeram isso com a bacia do Ruhr, fizeram isso em outros lugares, até na época da União Soviética. E plantaram as raízes do Mercado Comum, que não é só da vontade política de quem está mandando, mas que tem a ver com os interesses efetivos que estão enraizados num processo produtivo, que se tornam interdependentes, de uma maneira irreversível.

E isso não se faz com qualquer pretensão à hegemonia por parte do Brasil – e os nossos vizinhos sabem disso. Fazemos, sempre que possível, contratos os mais abertos, e todos gabam esse fato e pedem mais, como é o caso da Bolívia, quando estamos agora participando, crescentemente, até da busca de gás na Bolívia.

Bem, além disso, além dessa decisão, digo decisão estratégica também, pela mesma razão, tomamos a decisão de modificar e avançar com a lei dos portos e de refazer o nosso sistema portuário. Porque não nos basta à nossa economia, ao nosso sonho do século XXI – e essa utopia é

viável – não nos basta o mercado nesse espaço continental sul-americano. Precisamos dos ares do mundo.

E, para que tenhamos os ares do mundo, tivemos que fazer modificações profundas no sistema de portos. E estamos com concessões crescentes dos portos em Santos, em Sepetiba, em toda parte, no Rio Grande. E demos um impulso grande, também, criando o porto de Suape, em Pernambuco, que já está funcionando, a que demos apoio total, os recursos são federais; o porto de Pecém, em Fortaleza; de Itaqui, já é um bom porto, e por aí vai. No porto de Sepetiba, que está aqui, vamos fazer um *hub* – promessa minha ao Rio de Janeiro e ao Governador Alencar – vamos ampliar mais, estamos agora discutindo o metroporto, vamos fazer investimentos, sempre em parceria com o setor privado e em negociação com os trabalhadores. Praticamente sem greve. Não faltavam aí as “carpideiras” que, no Congresso, diziam que essas modificações trariam a ruína dos trabalhadores. O porto de Santos está aumentando muito o número de trabalhadores que se empregam.

Devo dizer que isso não tem nada a ver com o desemprego. O nível de emprego, no Brasil, está crescendo. E, ao mesmo tempo, há desemprego, porque cresce, também, a oferta de mão-de-obra, porque estamos sofrendo os efeitos do crescimento demográfico, há 20 anos, quando as taxas se aproximavam de 6%, hoje elas são de 1,4%.

Então, nesse Brasil do próximo século haverá uma diminuição da oferta de mão-de-obra, se mantivermos e ampliarmos o ritmo de crescimento, não há por que ter medo de enfrentar o problema do desemprego. Não há que negá-lo: não há por que ter medo de enfrentá-lo. E os dados que posso mostrar-lhes estão aqui, para mostrar que crescemos em um nível. Desviei um pouquinho, mas não custa.

De qualquer maneira, o que quero dizer é que com todas essas transformações dos portos, que catastrofistas imaginaram que iam ser uma tragédia, não aconteceu tragédia nenhuma, o que está acontecendo é uma redução do custo de transporte.

Pois bem, com esse mesmo objetivo, de redução de custo de transporte, tomamos outras decisões estratégicas. Tenho insistido no estratégico, que é para passar a sensação de que, efetivamente, o País tem

rumo, de que não se fazem as coisas por acaso. Mas acontece que há um projeto de Nação. E nessas decisões estratégicas a que me refiro agora, tomamos a decisão de, primeiro, no que diz respeito aos transportes, buscar formas de ligar o sistema de transportes, de forma eficiente, aos portos. Depois, buscar também a possibilidade de a iniciativa privada, através da concessão do serviço público, ocupar-se do transporte ferroviário. Isso era inimaginável. Hoje, a não ser a Fepasa, o resto todo está funcionando pela forma de concessão do serviço público. E não faltou quem dissesse que o Brasil estava esmorecendo no seu elã de fazer as formas de privatizações. A maledicência se encontra em toda parte. Mas a verdade é que quem tem responsabilidades públicas, vê o conjunto, se esforça para que as coisas andem em seu conjunto, sabe que as questões estão se desenvolvendo, estamos crescendo progressivamente.

Bom, além disso, tomamos a decisão de utilizar, de forma sistemática, os nossos rios, porque é um crime que o Brasil, dispondo de um sistema de rios deste aqui, os rios Madeira e Amazonas, dispondo do Araguaia e do Tocantins e dispondo do rio São Francisco, não tenha, realmente, levado a sério o transporte fluvial.

Terminamos, já, essa hidrovia, que liga Porto Velho a Itacoatiara, que fica por aqui, em Manaus. Aqui, em Itacoatiara, há um porto graneleiro, feito pela iniciativa privada. Aqui, em Porto Velho, há um outro. O BNDES financiou barcaças que levam a soja dessa região, que é uma região rica, até Itacoatiara, e lá é transportada por navios transatlânticos. Isso dá uma redução fenomenal no custo de transportes, portanto, melhora a nossa competição no que diz respeito à soja.

Estamos alcançando, nesse sistema, Araguaia–Tocantins. Autorizei a eclusa de Tucuruí, para permitir uma saída para cima. E temos que ir com respeito ao meio ambiente. Não é fácil, aqui há problemas. E estamos fazendo o RIMA – Relatório de Impactos Ambientais. Estamos respeitando as decisões dos juizes, dos promotores, de todos aqueles que têm a responsabilidade do controle difuso da questão ambiental. Leva mais tempo, porque é democrático. Mas, quando sai, sai com apoio. A população tem que saber, tem que concordar, tem que participar. Por mim já teríamos barcaças correndo por esses rios. A realidade,

de toda maneira, tem outros condicionamentos que têm que ser respeitados, mas estamos fazendo.

No rio São Francisco, da mesma maneira, já está feito o grosso do trabalho. E é mais barato. E, aqui, tomamos a decisão, em marcha já, em Pernambuco, de fazer a ligação da Transnordestina – que morre aqui e que vem até o porto de Suape e que vai lá para o Ceará – para possibilitar que entre Petrolina e Salgueiro, em Pernambuco, haja um trecho de ferrovia que permita a intermodalidade dos transportes do rio São Francisco para lá, o que não só vai baratear toda essa produção daqui e mandá-la para lá, como vai, efetivamente, permitir um desenvolvimento maior dessa região pobre do Nordeste.

Bem, é claro que a hidrovia é importante, mas não substitui as necessidades das vias pavimentadas para caminhões. Retomamos isso aqui. O Brasil é um continente. Essa aqui é a rodovia 364, que vai até o Rio Branco. São milhares de quilômetros. Boa parte disso já está feita. Está retomado. Já se pode trafegar. Aqui, é a 163, que vai terminar, mais tarde, no Pará, em Santarém, que é muito importante também para a ligação dessa região. Aqui é a Ferronorte, que vai se ligar com a outra hidrovia importante, que é a Tietê–Paraná, que já está em funcionamento. Tem o problema de Itaipu, mas já está em funcionamento, já meio facilitando a vinda para Santos, mais tarde, para outros lados e barateando os custos de transporte. Isso que está aqui é a duplicação da rodovia que liga Belo Horizonte ao Sul, que vai a Osório, depois vai ser uma ligação com o Mercosul. Já está em marcha. A 101, a 116, Fernão Dias: é um conjunto. Sempre ligando os corredores, porque isso, ao invés de concentrar o crescimento da economia num pólo, amplia a área alcançada pelo desenvolvimento, multiplica as possibilidades de investimentos.

Claro, para fazer-se isso, para seguir adiante, precisamos também de mais energia. Também não quero cansá-los. Terminamos. Xingó. Quando eu cheguei, havia em Xingó uma usina geradora. Hoje, são todas, são cinco ou seis. O Nordeste está com isso consolidado, quanto à energia. São Paulo terminou Porto Primavera, que vai ser inaugurado daqui a pouco. São 22 fontes de energia novas, feitas, em geral, por

consórcio com a iniciativa privada. São 22, são bilhões de reais e muitos milhões de quilowatts. Aumentamos em 40%, em três anos, a capacidade instalada do Brasil em eletricidade. Claro que isso ainda vai ter efeito, nem tudo está funcionando, mas os investimentos estão feitos. O que quero transmitir não é que fiz isso, o Governo fez isso aqui, o que interessa é que não fui eu, não, foi o governo estadual, foi o governo municipal, porque temos que ter uma visão, porque é preciso uma cooperação muito intensa entre os vários níveis de administração.

A razão pela qual me permiti cansá-los – inclusive com essa linha de transmissão do Tucuruí, que vai melhorar muito aqui, no Pará, estamos fazendo a interligação de eletricidade entre o Norte e o Sul –, se me permiti falar disso foi por duas razões: primeiro, para mostrar que temos rumo e que esse rumo está fisicamente inserido, já inscrito na nossa realidade; e, segundo, para mostrar que o País, hoje, começa a ter condições de dar, realmente, um grande salto. Esse salto não se fará só com isso. Isso é retomada.

Quanta gente me disse que fizemos a estabilização da moeda e nada mais. Olha aí o “nada mais”. É a retomada da crença no Brasil. É a retomada de crescimento.

Agora, é preciso mais do que isso: é preciso mudar a qualidade do investimento. E, aí, não preciso falar mais nada, porque o Dr. Velloso falou. É preciso, realmente, que haja um investimento crescente no ser humano. Aumentamos o investimento em ciência e tecnologia. Hoje, é 1,2% do nosso PIB. Era 0,6%, há poucos anos. Aumentamos a parceria do setor privado com o setor público. Precisamos ter um projeto de universidade viável, mais ativo, mais entrosado com a sociedade civil, com o mercado. Isso será fundamental para esse sonho de um Brasil do próximo século. Mas este já é um Brasil que não é apenas da nossa imaginação. Já existe. E, como consequência, os investimentos estão aí. O investimento cresceu, não preciso repetir, de 1, 2 bilhões por ano, direto, estrangeiro, para 17, 18 bilhões. A taxa de poupança ainda é baixa. Mesmo assim, passou de 16 para 18,5% do PIB. As reservas, que, num momento, parecia que estariam abaladas pela crise da Ásia, hoje, são maiores do que em outubro: mais de 70 bilhões de dólares.

Temos, portanto, todas as condições para avançar e avançar no rumo, como disse, de uma Nação – uma Nação. Para isso, não apenas é preciso ter, como já foi dito aqui, essa auto-estima e confiança, mas é preciso que as pessoas se sintam mais participantes desse país novo, mais participantes. Dá-me pena, verificar que há tanta gente que trabalha, não digo contra, mas com descrédito. Não acredita, acha que não, acha que o que se faz é por razões menores, o tempo todo, quando temos um desafio que é compromisso de vida, compromisso de vida com aqueles milhões que não têm quase nada para sobreviver. Não é compromisso só meu, não. Tem que ser compromisso de todos nós.

E, para isso, temos de ter coragem, temos de atuar com muita firmeza e não ceder à demagogia, em nenhum momento, qualquer que ela seja, de direita, de esquerda ou de centro, de onde seja. Temos que ter confiança, ter rumo e explicar ao País. Temos nas nossas mãos a chance de mudar o Brasil nas próximas duas décadas. Dir-se-á: “Bom, duas décadas é muito tempo.” Mas já estamos mudando. E as pessoas mais pobres são as que sentem que está mudando, quando elas comem. Alguns setores mais sofisticados vão ver defeitos e detalhes aqui e ali. Mas, seguramente, têm pouca informação sobre o fundo do tacho.

Quanto a mim, não só porque sou Presidente da República, mas por toda a minha formação profissional e até pela minha vida, sempre me preocupei com o fundo do tacho, sem demagogia. E é por isso que estamos fazendo esse esforço hercúleo. Esforço que é feito por pouca gente ainda. É preciso mais apoio. E lhes peço. Porque esse esforço custa a nossa vida. Não é modo de dizer, não. Porque é muito trabalho para poder, realmente, levar adiante essa utopia. Mas ela vale a pena.

Muito obrigado.

